



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 31/2023

Período: 26/08/2023 - 01/09/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Investigação da PF revelou que tenente-coronel do GSI estava em grupo de mensagens golpistas
- 2- 8 de janeiro I: ex-chefe do GSI depôs à CPMI sobre sua atuação durante a crise
- 3- 8 de janeiro II: Exército estava ciente sobre a crise já na véspera
- 4- Comandante do Exército abordou conduta militar em discurso no Dia do Soldado
- 5- Editorial comentou sobre as tensões militares no Brasil
- 6- Reportagem detalhou “mordomia” das caronas em aviões da FAB
- 7- Ministra do STF cobrou respostas sobre homenagem do governo de São Paulo a coronel da ditadura
- 8- Governo federal pretende usar desfile de 7 de setembro para associar imagem das Forças Armadas à democracia
- 9- Ministro da Defesa pediu aumento de salários para aplacar insatisfação de militares de baixa patente
- 10- Compra de blindados do Exército opôs fornecedores chineses e estadunidenses
- 11- PEC que proíbe a participação de militares da ativa em cargos ministeriais foi flexibilizada
- 12- General que exercia o cargo de secretário de Segurança Pública do Amazonas foi preso
- 13- Jornalista comentou sobre a questão militar no Brasil
- 15- Oficiais do Exército depuseram à PF sobre joias vendidas irregularmente no exterior
- 16- Pesquisa que abordaria a ocorrência de assédio sexual entre militares foi vetada pelas Forças Armadas durante o governo de Dilma Rousseff
- 17- Decreto de Lula alterou a estrutura do GSI

1- Investigação da PF revelou que tenente-coronel do GSI estava em grupo de mensagens golpistas

Segundo reportagens publicadas nos periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, uma análise realizada pela Polícia Federal (PF) no celular do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente

da República Jair Bolsonaro (PL), revelou que o tenente-coronel André Luís Cruz Correia, membro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), participava de um grupo no aplicativo de mensagens WhatsApp que promovia a ideia de um golpe de Estado e atacava o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Em consequência, o tenente-coronel Correia foi destituído de suas funções no GSI. Correia já estava designado para assumir um novo cargo no Comando do Exército. Sua saída do GSI foi anunciada no Diário Oficial da União em 10/08/2023, mas em 08/08, dois dias antes, ele já havia sido nomeado como oficial de gabinete do comandante do Exército, general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, conforme registros oficiais. O *Correio Braziliense* informou que, segundo a assessoria do Exército, essa nomeação ocorreu devido a uma "permuta de servidores", já que o GSI havia solicitado um militar que atuava na Comunicação do Exército. O ministro do GSI, general Marcos Antônio Amaro dos Santos, negou ter conhecimento da investigação da PF e não forneceu mais detalhes sobre a exoneração de Correia, afirmando apenas que o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro não possuía autoridade para atender aos pedidos de Correia. Ainda segundo o *Correio*, documentos encaminhados à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023 revelaram que o GSI compartilhou com Mauro Cid informações sobre a segurança das viagens do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Entre 6 e 13 de março, Correia recebeu documentos classificados como "urgentíssimos", descrevendo itinerários em locais como Xangai (China), Brasília, Foz do Iguaçu e Boa Vista, período coincidente com a visita de Bolsonaro e Cid aos Estados Unidos. A participação de Correia no grupo que defendia um golpe de Estado foi confirmada pela PF, que esclareceu que o tenente-coronel não estava sendo investigado no inquérito sobre atividades antidemocráticas. No entanto, Correia poderá ser investigado caso encontrem evidências de seu envolvimento na troca de mensagens com teor antidemocrático. (*Correio Braziliense* - Política - 26/08/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 26/08/23)

2- 8 de janeiro I: ex-chefe do GSI depôs à CPMI sobre sua atuação durante a crise

Conforme os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o general da reserva do Exército Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), depôs em 31/08/2023 à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro para explicar sua atuação no Palácio do Planalto naquele dia. Os periódicos enfatizaram que Gonçalves Dias admitiu que deveria ter sido mais duro na repressão aos invasores, no entanto declarou que acredita ter feito todo o possível para retirar os vândalos, "mitigar danos e preservar vidas de brasileiros, sem derramamento de uma gota de sangue, sem nenhuma morte". O general afirmou ver responsabilidade da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), cujo bloqueio foi "extremamente permeável" e que os policiais "não foram eficazes no cumprimento das atividades sob sua responsabilidade, previstas no Protocolo de Ações Integradas (PAI)". A *Folha de S. Paulo* também relatou que Gonçalves Dias afirmou não ter recebido alertas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e que "trocava mensagens esporádicas com o senhor Saulo", referindo-se a Saulo Moura da Cunha, então diretor da agência. Os periódicos

ressaltaram, porém, que em depoimento à CPMI, Cunha afirmou que Gonçalves Dias teria determinado a remoção de seu nome de uma planilha com os registros dos alertas enviados pela agência. Em relação aos alertas, a *Folha* reportou também que o GSI realizou uma sindicância para apurar responsabilidades de servidores nos ataques de 8 de janeiro e isentou o ex-ministro Gonçalves Dias, enquanto pediu a investigação de outros quatro militares que teriam recebido os mesmos alertas. Segundo a reportagem, entre 5 e 7 de janeiro o diretor da Abin enviou ao menos 17 mensagens sobre os protestos previstos para o dia 8. Gonçalves Dias, porém, negou ter participado de qualquer grupo de mensagens. Em coluna para a *Folha de S. Paulo* sobre as consequências da atuação do ex-ministro no dia dos ataques, o jornalista Elio Gaspari afirmou que atuação do ex-chefe do GSI é “espinho no pé” no governo do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Gaspari, mesmo tendo recebido mais de dez alertas da Abin dias antes das invasões, a atuação do ex-chefe do GSI é de difícil compreensão: “fica difícil entender porque ele achou que a situação era normal”, afirmou o colunista. (Correio Braziliense – Política – 01/09/23; Folha de S. Paulo - Política - 27/08/23; Folha de S. Paulo - Política - 01/09/23)

3- 8 de janeiro II: Exército estava ciente sobre a crise já na véspera

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, a cúpula das Forças Armadas sabia da gravidade dos ataques que estavam prestes a acontecer em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. A partir de investigações próprias, militares enviaram mensagens de texto contendo relatórios informais sobre a situação um dia antes da crise se instaurar. De acordo com a *Folha*, “houve uma prontidão extraoficial decretada” já na véspera do ocorrido. Ademais, o Inquérito Policial Militar (IPM) do Exército sobre o caso concluiu que “houve um apagão generalizado, com o GSI emergindo como o principal culpado pela falta de coordenação”. Questionado pelo periódico, o Exército não se pronunciou sobre as mensagens. (Folha de S. Paulo - Política - 27/08/23)

4- Comandante do Exército abordou conduta militar em discurso no Dia do Soldado

Em reportagens publicadas pelos periódicos *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense*, no dia 25/08/2023 o general Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, comandante do Exército, proclamou que quaisquer desvios perpetrados por membros militares serão firmemente rejeitados. A afirmação foi feita durante seu discurso na solenidade em honra ao Dia do Soldado, realizada no Quartel-General do Exército em Brasília, com a participação do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, de Geraldo Alckmin (PSB) como presidente interino, devido à ausência do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que estava em viagem pelo continente africano, e de Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A *Folha de S. Paulo* também confirmou a presença de outras autoridades no evento, incluindo Jorge Messias, advogado-geral da União, Juscelino Filho, ministro das Comunicações, Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal, Augusto Aras, procurador-geral da República, e o senador Hamilton Mourão, general da reserva e ex-vice-presidente do governo Bolsonaro (2019-2022). De acordo com o *Correio Braziliense*, Paiva disse diante da tropa que os militares,

"guiados pelo espírito de servir à Pátria", "são os fiéis depositários da confiança dos brasileiros, que só foi obtida pela dedicação extrema ao cumprimento da missão constitucional e pelo absoluto respeito a princípios éticos e valores morais. Esse comportamento coletivo não se coaduna com eventuais desvios de conduta, que são repudiados e corrigidos". Invocando o patrono do Exército, Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, Paiva acrescentou: "Formamos uma instituição que se orgulha, ao lado da Marinha e da Força Aérea, de ter a grande responsabilidade de defender a nossa pátria". Na ocasião, Geraldo Alckmin e a chefe de gabinete de Alexandre de Moraes, Cristina Kusahara, foram condecorados com a Medalha do Exército Brasileiro e o ministro das Comunicações Juscelino Filho foi condecorado com a Medalha do Pacificador. (Correio Braziliense - Política - 26/08/23; Folha de S. Paulo - Política - 26/08/23)

5- Editorial comentou sobre as tensões militares no Brasil

Em editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* abordou a longa trajetória de intervenções militares no país, ressaltando que no Brasil há um profundo respeito pelas Forças Armadas, enquanto a sociedade possui compreensão limitada de suas funções específicas e o Congresso Nacional se mostra indiferente em relação ao assunto. O texto destacou que quando os militares retornam como tema central, como estaria ocorrendo agora devido à influência de seus membros no governo Bolsonaro e às alegações de envolvimento em atividades ilícitas, surge um debate confuso que negligencia o cerne da questão: a necessidade imperativa de estabelecer uma política de defesa sob o controle imparcial do poder civil. O editorial citou o ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, que afirmou: "Ninguém entende nada do assunto. O Congresso não assume seus deveres, e as elites não querem saber dessa discussão", e observou que, nesse contexto, os militares se encontram em uma espécie de "limbo", operando com uma suposta autonomia onde paira a sombra da tutela. Jungmann reconheceu que o atual ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, estaria correto em sugerir que militares que se candidatem a cargos políticos se afastem da carreira, e ao trabalhar para identificar aqueles envolvidos em supostas conspirações golpistas, visando à preservação da instituição. No entanto, ele sublinhou que isso exige apoio do Legislativo e um diálogo aberto com a sociedade. O editorial enfatizou que o verdadeiro obstáculo seria a relutância em enfrentar diretamente o problema, citando como exemplo um abrangente projeto de defesa e segurança que espera aprovação no Congresso desde 2020, sem que os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio da Silva tenham demonstrado interesse em sua implementação. Para a *Folha*, os militares parecem presos em "círculos entre o hiperbólico protagonismo, o ressentido revanchismo e o paralisante pisar em ovos". O texto concluiu que sem uma orientação clara, falta uma direção a ser delineada pelo poder civil, cujo controle firme seria a única maneira de superar as cicatrizes deixadas pela prolongada história de intervenções militares na vida do país. (Folha de S. Paulo - Opinião - 26/08/23)

6- Em investigação, jornal revelou "mordomia" das caronas em aviões da FAB
Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, ministros do governo e comandantes das Forças Armadas têm usado jatinhos da Força Aérea Brasileira

(FAB) para benefício particular. Em investigação realizada pelo periódico, as autoridades utilizaram as aeronaves para voltar para casa e dar carona para suas esposas diversas vezes, conforme consta nos registros dos voos. De acordo com *O Estado*, o uso dos aviões é regulamentado para situações específicas, dado que as viagens podem custar até R\$ 70 mil. Até o momento, militares que usaram as aeronaves não se explicaram. (*O Estado de S. Paulo - Política - 27/08/23*)

7- Ministra do STF cobrou respostas sobre homenagem do governo de São Paulo a coronel da ditadura

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia cobrou respostas do governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do presidente da Assembleia Legislativa, André Padro (PL), após a promulgação de uma lei que presta homenagem ao coronel do Exército Erasmo Dias. A decisão da ministra vai ao encontro da ação direta de inconstitucionalidade articulada por alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC), que defende que o coronel Dias teve “como uma de suas principais missões a asfixia do movimento estudantil em território paulista” durante a Ditadura Militar (1964-1985). Enquanto era secretário de Segurança Pública do estado, em 1977, Erasmo Dias foi responsável pela prisão de cerca de 900 alunos. Segundo a *Folha*, homenagens aos atos antidemocráticos e a figuras da ditadura ferem os preceitos que fundamentam a Constituição brasileira. O periódico destacou ainda que a Lei de Anistia (1979) desencadeou brechas para a exaltação de expoentes da ditadura ao conceder perdão aos militares que tenham cometido violações durante o regime. A historiadora e pesquisadora do Memorial da Resistência de São Paulo Julia Gumieri, contudo, disse à *Folha* que “mesmo que lacunas na lei possam permitir algumas homenagens, a sociedade não deve fazer isso sob pena de transmitir o recado incorreto de que a ação de torturadores é legítima”. (*Correio Braziliense - Opinião - 28/08/23*; *Folha de S. Paulo - Política - 31/08/23*; *O Estado de S. Paulo - Política - 27/08/23*)

8- Governo federal pretende usar desfile de 7 de setembro para associar imagem das Forças Armadas à democracia

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o governo federal pretende despolitizar o feriado de 07 de setembro deste ano, quando se comemora do Dia da Independência, valendo-se do evento para afastar a imagem das Forças Armadas do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL), que utilizou politicamente a celebração, em seus quatro anos de mandato, para ameaçar instituições democráticas e difundir os militares como “poder mediador” da democracia no imaginário popular. Segundo auxiliares do atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que vem tentando uma reaproximação com a ala militar, o momento seria importante para destacar o regime democrático e deixar claro que as Forças Armadas são instituições de Estado, com papel relevante na ordem democrática brasileira. O desfile terá as cores tradicionais da bandeira nacional numa tentativa de desassociá-las do bolsonarismo, e as Forças Armadas serão exaltadas como responsáveis pela proteção da Amazônia contra o garimpo ilegal e a cobiça estrangeira. Além

disso, o governo federal decidiu reduzir o número de servidores, militares e entidades que participarão do Desfile da Independência deste ano, deixando de fora, por exemplo, a Polícia Federal. A decisão também se deve a uma pressão dos militares, que estão sendo ouvidos durante a organização da celebração e se incomodam com o crescente protagonismo da corporação policial. O presidente Lula deverá discursar na noite de 06/09/2023, porém no dia do desfile não deve ocorrer discurso presidencial, além da adoção de restrições do número de autoridades no local reservado a integrantes dos Três Poderes, atitudes contrárias às de Bolsonaro nos anos anteriores. No Palácio do Planalto, de acordo com a *Folha*, assessores dizem não temer a possibilidade de manifestações, apesar de haver monitoramento de bolsonaristas por parte do Exército e a Secretaria da Segurança Pública do Distrito Federal, visto que há uma divisão nos apoiadores do ex-presidente entre os que desejam comparecer para vaiar o desfile e os que consideram mais adequado esvaziar o evento. Ainda neste tema, o *Correio* noticiou que o general e ex-ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, foi dispensado de prestar depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como testemunha na ação que investiga se Bolsonaro e o ex-ministro da Casa Civil, general Walter Braga Netto, fizeram uso político-eleitoral das comemorações de 07 de setembro de 2022, que marcaram os 200 anos da independência do Brasil. (*Correio Braziliense - Política - 29/08/23; Folha de S. Paulo - Política - 29/08/23*)

9- Ministro da Defesa pediu aumento de salários para aplacar insatisfação de militares de baixa patente

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, se comprometeu a pedir ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e à equipe econômica um aumento de cerca de 9% para o salário dos militares. Os chefes das Forças Armadas apresentaram o pedido a Múcio nos meses de julho e agosto de 2023 a fim de aplacar a insatisfação generalizada de praças e suboficiais, principalmente do Exército, com os salários recebidos. Tal insatisfação vem aumentando desde 2019, quando uma reforma a ser realizada na Previdência dos militares se transformou numa reestruturação da carreira pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), com a criação de uma série de benefícios atrelados à conclusão de cursos e promoções por tempo de serviço, que aumentaram os rendimentos de oficiais superiores e oficiais-generais, porém reduziram os de praças e militares de baixa patente. Segundo relatos, Múcio já tratou do aumento com Lula e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, porém haverá novas discussões em setembro e outubro de 2023, em meio aos debates sobre o orçamento de 2024. Como os servidores públicos receberam aprovação para um aumento de 9%, a Defesa defende que deve haver o mesmo tratamento para civis e militares. No Exército, o comandante Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva designou o chefe do Estado-Maior da Força, general Fernando José Sant'ana Soares e Silva, para criar um grupo de trabalho responsável por apresentar uma proposta de reajuste salarial para os militares. Generais ouvidos pela *Folha* argumentam que militares de baixa patente recebem um salário até 30% menor que o pago até 2001, quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) editou uma medida provisória que reduziu ou extinguiu uma série de benefícios militares. Especialistas e pesquisadores das Forças Armadas, como a pós-doutoranda em

Ciência Política da Unicamp, Ana Penido, criticaram Múcio e os comandantes Tomás Paiva (Exército), Marcelo Damasceno (Aeronáutica) e Marcos Olsen (Marinha) por buscarem um reajuste salarial para aumentar a valorização dos militares, quando, na opinião deles, o que deveria ser feito seria uma revisão nas distorções de 2019 num plano mais amplo e que deveria haver um reforço da participação civil. Lucas Pereira Rezende, professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), avaliou que Múcio está agindo como um "embaixador dos militares junto ao poder político quando seu papel deveria ser o contrário: ator político para levar as instruções aos militares". A professora do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Adriana Marques, afirmou que a lógica da Defesa de conceder o mesmo reajuste para servidores civis e militares não está correta, pois os militares foram a categoria mais beneficiada pela reforma da Previdência. (Folha de S. Paulo - Política - 29/08/23)

10- Compra de blindados do Exército opôs fornecedores chineses e estadunidenses

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro planeja adquirir, por meio de licitação internacional, 36 viaturas blindadas de combate obuseiros de 155 mm autopropulsados sobre rodas, sendo a compra estimada em cerca de R\$ 1 bilhão. No dia 14/07/2023, o general Fernando José Sant'Ana Soares e Silva, chefe do Estado Maior do Exército, assinou a portaria com os requisitos estipulados pelo Comando Logístico do Exército (Colog) para compra, havendo 40 "requisitos operacionais absolutos", como possuir calibre padrão Otan, não ser um protótipo e "possuir meios de comunicação adotados no Sistema de Comando Controle da Força Terrestre 7/11", que serão decisivos para desclassificar fabricantes candidatos, e 23 "requisitos operacionais desejáveis". Ao todo, 19 empresas se habilitaram para receber a documentação. Entre elas a chinesa Norinco, que deve enfrentar problemas por sua possível falta de compatibilidade de seu sistema de comunicação com as demais viaturas do Exército, que possuem rádios da Harris Corporation, um fabricante estadunidense, que pode impedir a comunicação com os rádios da Norinco a fim de frear a expansão de empresas chinesas no Hemisfério Ocidental. Em entrevista, a general estadunidense Laura J. Richardson, do Comando Militar do Sul, afirmou que "Temos de obter soluções ocidentais, soluções democráticas na área econômica. Somos capazes de investir na região. Estes são nossos vizinhos. O sucesso deles está inextricavelmente ligado à segurança deste hemisfério.". Tal tática já foi aplicada anteriormente no contrato de R\$ 5 bilhões para a compra dos 98 blindados caça-tanques Centauro 2, do consórcio italiano Iveco-Oto Melara, em 2022, quando a integração dos rádios estadunidenses com o sistema do blindado chinês ST1-BR, também da empresa Norinco, foi vetado. Militares ouvidos pela reportagem disseram ser normal que equipamentos chineses e russos enfrentem esse tipo de dificuldade no Brasil, citando também o caso do calibre russo de 152 mm, não compatível com o equipamento em uso no país. O Exército afirmou, porém, que apesar de possuírem rádios Harris, há planos de substituí-los por um produto da Imbel, de nome Mallet, que está em fase final de avaliação e deve ser adotado em breve, o que poderia dificultar a estratégia dos EUA contra a Norinco, e que não há preferências geopolíticas na licitação. A avaliação de petistas e estudiosos que

participaram da elaboração do programa de Defesa do governo do atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é de que a situação estaria em choque com a neutralidade pretendida pela política externa brasileira. Um dos principais críticos é o ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), Manuel Domingos Neto, que criticou a dependência do Brasil em relação aos EUA com relação ao material bélico (O Estado de S. Paulo - Política - 29/08/23)

11- PEC que proíbe a participação de militares da ativa em cargos ministeriais foi flexibilizada

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a proposta para impedir militares da ativa de exercerem cargos civis, apresentada em 30/08/2023 pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), foi revogada. A ideia inicial da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) seria de que os integrantes das Forças Armadas não poderiam exercer o cargo de ministro de Estado. O senador Jaques Wagner (PT-BA) flexibilizou a proposta, fazendo com que os militares em atividade sejam somente impedidos de se candidatar a cargos políticos através do processo eleitoral. Segundo Wagner, após uma reunião com o Ministério da Defesa, chegou-se à conclusão de que a medida teria um caráter discriminatório, sobretudo devido ao fato de que a escolha para o cargo de ministro é prerrogativa do presidente da República. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, apoiou as alterações efetuadas por Wagner, sobretudo devido ao seu interesse de garantir a neutralidade política das Forças Armadas. A PEC dos militares, após os ajustes, discorre que os militares que estejam na ativa e tenham a intenção de se candidatar a algum cargo eletivo devem ser transferidos para reserva ao efetivarem a sua candidatura. Segundo a *Folha*, a PEC seria uma estratégia para demonstrar a atuação do governo federal perante a crise de politização nas Forças. O periódico destacou que “O foco principal, porém, era esfriar uma ofensiva da ala do PT que queria, numa mudança mais drástica para os militares, extirpar as operações da Garantia da Lei e da Ordem das atribuições das Forças”. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a proposta faz parte da cobrança para despolitizar as Forças Armadas, feita por Lula. De acordo com a perspectiva do governo, as instituições militares participaram de forma ostensiva durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e, conseqüentemente, teriam sido corrompidas pelo bolsonarismo. (*Correio Braziliense* - Política-31/08/23; *Folha de S. Paulo* - Política- 31/08/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 31/08/23)

12- General que exercia o cargo de secretário de Segurança Pública do Amazonas foi preso

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general do Exército Carlos Alberto Mansur, ex-secretário de Segurança Pública do Amazonas, foi preso em operação que investiga a extorsão de garimpeiros ilegais. A Polícia Federal (PF) efetuou uma revista na casa de Mansur no intuito de encontrar qualquer indício de usurpação de pedras preciosas. O general foi preso em flagrante pela posse de uma arma ilegal em sua residência. Mansur e o filho foram detidos, e posteriormente liberados após pagamento de fiança. O ex-secretário foi afastado de seu cargo no governo estadual no mesmo dia em que ocorreram as

operações da PF e do Ministério Público do Amazonas que investigam suspeitas de crimes de corrupção ativa, peculato e lavagem de dinheiro envolvendo a cúpula da segurança pública do Estado. (O Estado de S. Paulo - Política - 31/08/23)

13- Jornalista comentou sobre a questão militar no Brasil

Em coluna para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista André Gustavo Stumpf comentou a questão militar no Brasil. Segundo o autor, a relação entre militares e civis no Brasil é tumultuada desde a Proclamação da República, pontuando os principais acontecimentos históricos desta relação, como a participação das escolas militares na proclamação da República e a ocupação militar dos dois primeiros presidentes sob regime republicano, além do apoio do movimento tenentista a Getúlio Vargas e a Ditadura Militar (1964-1985). Stumpf afirmou ainda que esse aspecto de grande participação dos militares em momentos cruciais da história brasileira é pouco discutido no país e que não há plano de defesa em nível nacional, reflexo de Forças Armadas aquém das necessidades de segurança do país. O jornalista concluiu chamando a atenção para o fato de que o Exército brasileiro precisou contratar um hacker para invadir os sistemas da justiça eleitoral, mostrando não possuir competência para tal, “nem respeitar as leis do Brasil”. (Correio Braziliense - Opinião - 28/08/23)

15- Oficiais do Exército depuseram à PF sobre joias vendidas irregularmente no exterior

Conforme os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, e o seu pai, general Mauro Cesar Lourena Cid, prestaram depoimento à Polícia Federal (PF) por mais de 10 horas em 31/08/2023, relacionado à venda irregular de joias nos Estados Unidos. Os periódicos enfatizaram como a estratégia dos Cid difere da adotada pelo ex-presidente e pela ex-primeira dama, Michelle Bolsonaro, que permaneceram em silêncio em depoimento à PF sobre o caso. A expectativa apresentada pelos periódicos é de que o tenente-coronel Mauro Cid coopere com a PF na elucidação dos fatos. Já o periódico *O Estado de S. Paulo* informou que áudios e mensagens trocadas entre o tenente-coronel Cid e o ex-assessor de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, detalham o início da operação de resgate das joias vendidas, para cumprir decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que decidiu pela devolução das peças. (Correio Braziliense – Política – 01/09/23; Folha de S. Paulo – Política – 01/09/23; O Estado de S. Paulo – Política – 01/09/23)

16- Pesquisa que abordaria a ocorrência de assédio sexual entre militares foi vetada pelas Forças Armadas durante o governo de Dilma Rousseff

Reportagem do periódico *Folha de S. Paulo* afirmou que um levantamento para apurar a ocorrência de assédio sexual entre militares, que seria realizado pela Comissão de Gênero, criada pelo Ministério da Defesa em 2014, na gestão da então presidente da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), sofreu resistência das Forças Armadas e foi interrompido em 2015 pelo

então ministro Jaques Wagner, também do PT. Segundo a reportagem, a resistência ao teor da pesquisa surgiu logo nas primeiras reuniões da comissão, apresentando como exemplos declarações de militares integrantes, a maioria homens. Em abril de 2015, Adriano Portella, da Secretaria de Organização Institucional, afirmou se preocupar com “denuncismo vazio”. Em julho de 2015, o almirante Jorge Machado afirmou que a Marinha iria barrar perguntas sobre assédio sexual ou qualquer crime, alegando que “na Marinha, quando informados, são efetivamente combatidos”; o general Fernando Freitas, do Exército, afirmou se preocupar que a condução da pesquisa pudesse “prejudicar a coesão da tropa”, dando a entender que se estaria privilegiando a mulher; em resposta às objeções, a pesquisadora coordenadora do projeto, Mariana Fonseca Lima, afirmou que a pesquisa não pretendia averiguar fatos, mas percepções e que excluir a detecção desse fato iria prejudicar o levantamento. Em setembro de 2015, Sílvio Albuquerque, chefe de gabinete do ministro Jaques Wagner, anunciou a determinação para que o tema assédio sexual não fosse tratado em questionário “de maneira direta, objetiva e explícita ou induza respostas”, alegando que não se tratava de uma proibição, mas que se deixasse que o assunto, eventualmente, surgisse de modo espontâneo; em crítica à decisão, o brigadeiro Antônio Coutinho, da Escola Superior de Guerra afirmou que “o assédio existe, é verdadeiro, tem que ser encarado de frente, sem buscar palavras para substituir”. O periódico informou ainda que, após a interrupção do levantamento, a própria comissão passou a ser atacada. Em junho de 2016, já na gestão do presidente Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o brigadeiro Maxneif de Castro, da Força Aérea Brasileira (FAB), afirmou que a Força já cuidava da inserção da mulher, razão pela qual não via sentido na comissão; em resposta, Demétrio Carneiro, chefe de gabinete do então ministro Raul Jungmann, afirmou que a comissão servia como referência e exemplo para a sociedade de inserção da mulher e responsabilidade social das Forças Armadas. A última reunião da comissão ocorreu em junho de 2017, sendo extinta em abril de 2019, já na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro, hoje no Partido Liberal (PL). A pesquisa, segundo o periódico, nunca foi aplicada. O hoje senador Jaques Wagner afirmou que nunca vetou a detecção de casos de assédio sexual, mas que determinou que o questionamento “não induzisse respostas, nem suprimisse o eventual surgimento espontâneo do problema em foco”. A FAB também afirmou em nota que repudia e combate o assédio sexual em todos os níveis hierárquicos. A Marinha afirmou ter normas internas que previnem condutas atentatórias e discriminação por sexo e que “concede(m) efetiva proteção contra o assédio sexual”, atendendo plenamente os propósitos da Comissão de Gênero. O Exército afirmou que aplica o Programa de Ambiente Seguro, que inclui campanhas que orientam os procedimentos a serem adotados pelas vítimas de assédio sexual. A *Folha* também lembrou ter publicado reportagem em julho de 2023 relatando que a Justiça Militar tem instaurado cada vez mais ações penais contra militares sob acusação de crimes sexuais, mas que as vítimas alegaram falhas nas apurações internas e desestímulo a denúncias até anos recentes. O periódico também relatou que um levantamento realizado em 2020 pelos juízes Mariana Aquino e Rodrigo Foureaux, feito sem o conhecimento dos comandos das Forças, indicou que 163 militares declararam ter sofrido assédio, enquanto apenas 88 investigações foram abertas nos últimos sete anos. (Folha de S. Paulo – Política – 01/09/23)

17- Decreto de Lula alterou a estrutura do GSI

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assinou decreto alterando a estrutura do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e criando uma Secretaria de Segurança Presidencial. O periódico notou que a criação da Secretaria é mais um capítulo da tensão entre governo e militares, piorada com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro e a escolha da primeira-dama, Rosângela Lula da Silva, de abrir mão dos militares em sua segurança, mantendo policiais federais. O GSI terá duas semanas para adequação ao novo decreto. (*O Estado de S. Paulo – Coluna do Estadão – 01/09/23*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar